



QUESTIONAMENTOS ACERCA DA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

Cleberon Leopoldino Antunes Palhano¹

Eliana Diniz²

Reinaldo Milek Marques³

Resumo: *O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Regular, a partir de leituras de referenciais bibliográficos sobre a Lei e a prática atual de ensino em sala de aula. Percebe-se a dificuldade dessas pessoas em dar continuidade aos estudos sem o justo apoio que lhes deveria ser concedidos por direito. Questiona-se sobre as realidades enfrentadas pelo aluno com necessidades especiais, buscando perceber se há, em sala de aula, uma verdadeira inclusão ou exclusão desse indivíduo. Destaca-se a urgência de aprimorar estruturas, currículos e a própria competência pedagógica da docência nesse âmbito.*

Palavras-chave: Inclusão de pessoas com deficiência; Lei; Direito.

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular é um assunto debatido em nossa sociedade há muito tempo, porém com poucos avanços. Em 1994, cria-se a Declaração de Salamanca pela qual foram sobre a formulação e reformas políticas e dos sistemas educacionais, partindo desse conceito amplia-se o tema de Necessidades Educacionais Especiais (NEE), que aborda a importância da educação especial fazer essa reflexão em que se aplica o conceito primordial sobre o tema “Educação para todos”.

Diante disto, começa a ser criado o conceito “NEE” que se preocupa com o processo de inclusão de pessoas com deficiência e também daquelas que trazem uma dificuldade temporária ou permanente advindas de situações como exclusão social e abusos sofridos (SANTOS, 2000).

A educação inclusiva tem esse desafio em si, para que os alunos que apresentam algum tipo de necessidade tenham êxito em sua caminhada educacional. Diante dessa reflexão surgem inúmeros entraves na formação de professores: como a falta de recursos, a questão de o deficiente ser inserido em salas de aula com número excessivo de alunos, a esta situação soma-se o barulho que afeta de modo mais agressivo o aluno especial. Resultado deste cenário, então: impossibilidade do professor dar a atenção devida àquele aluno com deficiência.

¹ Acadêmico 4º Período de Linc. em Filosofia, Faculdade Sant’ Ana, cleberon.palhano@gmail.com

² Licenciada em Letras Português/Espanhol, UEPG, eli.p.diniz@gmail.com

³ Prof. Esp. em Filosofia, Sociologia e Religião, Faculdade Sant’ ana, reimilek@gmail.com

Há essa lacuna entre as atitudes e as práticas pedagógicas. Os autores destes temas sugerem mais investimento no ensino universitário e na produção de práticas inclusivas mais adaptadas (HASSAMO, 2009). Nos cursos de licenciaturas pouco é debatido sobre o tema da inclusão e, também, entre a teoria e a prática há uma grande diferença, pois cada indivíduo demanda um tratamento diferenciado, ainda mais se tratando de inclusão, quando alguns alunos, com as habilidades ordinárias, terão maior aproveitamento em relação à minoria deficiente. Com a expansão da educação inclusiva, criam-se muitos impasses para o professor, tais como: a falta de material didático adequado e problemas de adaptações no ambiente e recursos. Muitos desses impasses poderiam ser amenizados se houvesse uma maior preocupação já nas formações acadêmicas de licenciatura.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que:

...as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

O Decreto nº 3.956/2001 teve importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

Nesta perspectiva, volta-se o olhar ao direito da pessoa com deficiência que, ainda em nossa sociedade, sofre com inúmeros descasos, como barreiras arquitetônicas em lugares públicos e privados. Muitas escolas foram construídas sem a menor possibilidade de acesso, outras foram adaptadas precariamente.

A questão acima evoca o deficiente como um problema para a educação. Percebe-se que há várias leis que falam da “Educação para Todos”. Havia escolas onde se mantinha essa classe especial para deficientes, porém ao “ritmo” da inclusão, muitos alunos realizaram provas de habilidades e competências, passando ao ensino regular. Surge aí um possível fenômeno de exclusão. Muitos desses alunos não conseguiram acompanhar os conteúdos, realizar as provas na mesma cadência da maioria. Aqueles com pouca coordenação motora não conseguem acompanhar a escrita do professor e ficam com as matérias incompletas, impossibilitando atingir assim, a conclusão de seus estudos com excelência.

OBJETIVOS

Este resumo tem por objetivo indagar sobre a questão da pessoa com deficiência. E também fazer uma análise de inúmeras situações de exclusão tais como: falta de compreensão das limitações físicas desse aluno, o professor que desconhece o potencial desse aluno e que, assim, muitas vezes é deixado de lado, no ensino regular.

METODOLOGIA

A partir de leituras bibliográficas de quatro referências bibliográficas, nosso Resumo Expandido busca problematizar a questão da inclusão no ensino regular,

identificando certos limites impostos pela Lei e pelo conceito atual de “NEE”. Abordase sobre as realidades enfrentadas pelo aluno com necessidades especiais, buscando questionar se há na realidade uma inclusão ou se ainda existe a exclusão desse indivíduo.

RESULTADOS PARCIAIS

O resultado desta reflexão se dá na percepção da necessidade em debater a inclusão de pessoas com deficiência, pois o que se percebe é que muitas vezes essas pessoas, pelas dificuldades que enfrentam, acabam desistindo dos estudos por falta de apoio pedagógico, material específico, ambiente propício e arquitetônico para o desenvolvimento de suas habilidades e competências.

Destacamos a própria formação dos professores, que não recebem formação de excelência, teórica ou prática, para lidar com tal situação. Caso houvesse maior apoio pedagógico nos cursos de licenciatura, os professores não enfrentariam tantas dificuldades ao se disponibilizar a incluir o deficiente no processo de ensino-aprendizagem, amenizando tantas dificuldades reais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, 1994. Acesso em 02/09/2018: www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf

BRASIL. *Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*. Guatemala: 2001. Acesso em 02/09/2018: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm

HASSAMO, I.C.S. *Relação entre crenças, atitudes e práticas pedagógicas de professores na inclusão de alunos com deficiência mental*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009.

SANTOS, M.P. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: consequências ao Sistema Educacional Brasileiro. *Revista Integração*. Brasília, v. 10, n. 22, 2000.